Imprensa na História e História na Imprensa: Jornalismo e opinião no Brasil Regência [1]

Camila Garcia Kieling[2]

Resumo: Neste artigo dedicamo-nos ao tensionamento das abordagens tradicionais do papel da imprensa no período regencial brasileiro. Para tanto, contextualizamos historicamente este período, destacando a eminente participação dos periódicos nessa etapa da história brasileira. A seguir, aprofundamos algumas características dos jornais da primeira metade do século XIX e, finalmente, tensionamos a relação entre Jornalismo e História, em suas semelhanças e diferenças na ligação com o tempo e os fatos.

Palavras-Chave: Jornalismo, História, História da Imprensa no Brasil, Período Regencial.

1. O Período Regencial: Um laboratório de Práticas políticas e sociais

As regências no Brasil têm começo com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. A renúncia do monarca, que havia proclamado a independência do país nove anos antes, em 7 de setembro de 1822, foi o ponto alto de uma série de fatores, entre eles a inflação e o aumento no custo de vida que colocaram elites, classe média e o povo em geral do mesmo lado. A incipiente imprensa brasileira, que havia desembarcado no país em 1808, junto com a Família Real portuguesa, teve um papel decisivo na derrocada do Imperador. De acordo com Silva (1992), os jornais, em sua maioria de oposição, atacavam violentamente D. Pedro I e o assassinato do jornalista opositor Líbero Badaró[3] funcionou como pólvora para agitações, passeatas, discursos, quebra-quebras e ataques generalizados aos portugueses.

No campo político, a monarquia, recém-instalada após a independência, encarava enfrentamentos externos e internos. A Guerra Cisplatina colocava Brasil e Argentina em confronto pelo território que hoje corresponde ao Uruguai. Em 1826, a Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil, que correspondia à Câmara dos Deputados, e o Senado começavam suas atividades, abrindo um canal para a manifestação dos diversos interesses políticos em jogo, o que se refletiu também na imprensa (MOREL, 2003).

A grave crise econômica e financeira fez com que o Brasil buscasse ainda maiores empréstimos com a Inglaterra (que começaram em 1824), o que agravou a dívida externa. Entre a população em geral, acirravam-se os ânimos entre brasileiros e portugueses, revelando-se um acentuado anti-lusitanismo. As relações com a Europa pareciam mesmo

[1] Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] , Mestre em Comunicação Social (PUCRS), e-mail: camila.kieling@gmail.com.
[3] Giovanni Battista Líbero Badaró escrevia no jornal O Observador Constitucional, surgido em 1829.

estremecidas. Morel (2003, p. 14-15) destaca a relevância dada pelos jornais da época a um caso de troca de agressões entre um fazendeiro brasileiro e marinheiros franceses em setembro de 1830. O incidente, divulgado com detalhes de cunho xenófobo ("brasileiro de merda" e "mulato tem que baixar a cabeça para os franceses", entre outros insultos, fizeram parte do entrevero), beirou o incidente diplomático. O anti-lusitanismo passa a fazer parte de um sentimento de repulsa generalizada contra o Velho Mundo, num processo de afirmação da identidade brasileira como Americana.

Em meio a essa polêmica, continua Morel (2003), aportam no Brasil navios franceses tremulando a bandeira azul, branca e vermelha da Revolução Francesa e não mais o pano branco com a flor-de-lis, símbolo da monarquia restaurada. São reflexos dos levantes ocorridos em Paris, em julho de 1830, conhecidos como as Três Jornadas de Julho, que depuseram o rei Carlos X e coroaram o Duque Luís Felipe de Orléans, conhecido como "rei cidadão". O fato provocou uma rápida (e conveniente) mudança de referência em relação à França:

> A França passou a ser designada pela mesma oposição liberal como a Pátria das Luzes, da civilização, e exemplo de liberdade para o mundo. A assimilação Carlos X Pedro I foi imediata. Nas cidades brasileiras ocorreram festejos pela queda do monarca... francês, com alusões pouco sutis ao imperador do Brasil. A oposição subia de tom (MOREL, 2003, p. 16).

Através da análise da imprensa da época, Morel (2003) mostra esses episódios e pondera as interpretações historiográficas tradicionais, que afirmam ser o liberalismo na França mais avançado que o do Brasil, e que teria influenciado o fim do Primeiro Reinado. O autor destaca que, pela palavra da imprensa, as propostas liberais entre os brasileiros mostravam-se mais ousadas, mesmo em relação à soberania do monarca e ao direito de resistência dos povos: "os 'influenciados' acabaram escolhendo, por seus próprios critérios e interesses, que tipo de 'influência' valorizar" (p. 17).

Cada vez mais isolado politicamente em um círculo conservador, D. Pedro I passa a enfrentar a insurreição civil e militar. Entre os dias 11 e 14 de março de 1831, ocorrem no Rio de Janeiro violentos confrontos entre portugueses e brasileiros, episódio conhecido como Noite das Garrafadas. Aconselhado por Benjamin Constant, o monarca busca a saída da abdicação em nome do príncipe herdeiro, colocando em seu lugar uma Regência, no dia 7 de abril de 1831.

De abril a junho desse ano, o comando da Nação esteve a cargo da Regência Trina

Provisória, composta pelos senadores Nicolau de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos, e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (SILVA, 1992). Entre as suas primeiras resoluções, ocorrem alguns avanços liberais, como a suspensão temporária do Poder Moderador, e o ato que proibia os regentes de dissolver a Câmara dos Deputados. A abdicação movimenta a engrenagem das forças políticas. Os interesses se dividiam sobre como dar continuidade ao processo político no Brasil: "Havia basicamente três respostas [para a revolução]: negar (absolutistas ou ultramonarquistas), completar e encerrar (vertente conservadora do liberalismo) e continuar (vertente revolucionária do liberalismo" (p. 21). Para este autor, tratar o período regencial apenas como uma troca do poder entre as mãos da elite é uma visão empobrecedora. O poder centralizador estava enfraquecido, e o que aconteceu foi uma "explosão da palavra pública como nunca ocorrera no território (que se pretendia) brasileiro" (p. 24). O poder de decisão passaria a ser visto como o resultado da negociação entre forças políticas e não apenas pela vontade de um soberano.

Frente aos sinais de fraqueza da monarquia, emergem os partidos políticos no período regencial: Partido Restaurador (ou Caramuru), que defendia a volta de D. Pedro I e a instalação do absolutismo; Partido Liberal Moderado (Chimango), representante da aristocracia rural, que defendia a monarquia escravista, ou seja, o liberalismo moderado das elites; e o Partido Liberal Exaltado (Jurujubas ou Farroupilhas), que propunha de forma mais veemente a liberdade das províncias (SILVA, 1992).

O historiador Marcello Basile (2006), ao analisar a imprensa publicada na Corte durante o período regencial, busca matizar a questão do separatismo na visão desses grupos políticos, entendendo que, pelos jornais, as intenções manifestadas eram muito mais dirigidas ao intuito de reforçar os laços nacionais do que promover a separação entre as províncias.

Entre os moderados, através da leitura de jornais como Aurora Fluminense, O Independente e O Homem e a América, Basile (2006) entende que se situavam entre o absolutismo e a democracia, defendendo algum tipo de limitação ao poder dos governantes através da participação do *povo*. E a noção de *povo*, que divergia da *plebe*, era entendida através do princípio da *maioria dos capazes* de Guizot. Ao mesmo tempo, deixavam claro que essa distinção nada tinha a ver com a cor da pele, e a cidadania poderia ser estendida a homens negros e mulatos livres. Apesar de terem apoiado a Revolução de 7 de Abril ao lado dos exaltados, rechaçavam o regime republicano, entendendo-o como anárquico e fragmentário da nação.

Já os exaltados, através da Nova Luz Brasileira, O Filho da Terra, O Repúblico e Sentinela da Liberdade, entre outros, defendiam o liberalismo radical. A igualdade social seria

um dos pilares da construção da nação, donde manifestavam uma forte postura anti-aristocrática. Também utilizavam a divisão *povo* e *plebe*, mas, neste caso, a *plebe* era constituída pelos aristocratas e os ricos ociosos. O *povo* seria constituído por todas as pessoas livres, independente de cor, renda, instrução ou sexo, abarcando, aqui a concepção de *cidadão*. Ao defender a inclusão das mulheres entre os participantes da vida pública, foram além das propostas políticas da época, incluindo a Revolução Francesa, como assinalou Morel (2003). Defendiam também a imediata inclusão dos negros e mulatos livres e libertos à nação, mas nem por isso defendiam a imediata abolição da escravatura. Apesar do veio "inclusivo", uma das principais características do discurso expresso nos periódicos exaltados era um agressivo anti-lusitanismo.

Em sua maioria republicanos e federativos, os exaltados viam na revolução o meio justo e legal de garantir a liberdade da nação (embasados teoricamente pelo direito de resistência dos povos à tirania e à opressão, preconizado por Locke e Rousseau), mas sem cunho separatista. Pelo contrário, a revolução era "antes vista como uma forma de *regenerar* a nação e mantê-la integrada" (BASILE, 2006, p. 78 – grifo do autor), através da noção de soberania.

Os caramurus posicionavam-se entre o liberalismo clássico e o absolutismo, através das páginas de jornais como A Trombeta, Caramuru e O Carijó. A visão de cidadania era bem similar à dos moderados, distinguindo *povo* e *plebe*. Apesar da posição conservadora, posicionavam-se contra a discriminação dos negros e pardos, mas ignoraram solenemente, em seus periódicos, a questão da abolição. Quanto às mulheres, os caramurus preferiam sua atuação no apoio aos cidadãos, e não uma participação efetiva na vida política. Para eles, o governo ideal e as bases da unidade da nação estavam representados, respectivamente, no primeiro reinado de D. Pedro I e na Constituição de 1824. O Carijó afirmava que o "7 de abril foi um dia de luto" e "trouxe ao Brasil a sua maior catástrofe"[4] (BASILE, 2006, p. 85).

O embate de idéias travado através dos periódicos não deixa dúvidas de que o debate político na nova cena pública passou a extrapolar o âmbito das elites. As temáticas também revelam diversidade: discutia-se a abolição da escravatura e a redistribuição de terras. A esfera pública cultural e literária amplia com o aumento do público leitor e da circulação de impressos.

De 1831 a 1835, durante a Regência Trina Permanente, o poder ficou com os liberais moderados que, se por um lado esmagaram as agitações civis e militares que

[4] O Carijó, n. 6, 21 mar. 1832. Apud BASILE, Marcello (2006).

pipocavam pelo país, por outro promoveram algumas reformas liberais através do Ato Adicional de 1834. O Ato foi, na verdade, um acordo entre os três partidos e acabou por conceder maior autonomia às províncias, mas não avançou na reforma tributária, ponto central das divergências, uma vez que a gestão dos recursos continuou centralizada nas mãos do governo imperial. Os Caramurus sofreram forte abalo com a morte de D. Pedro I neste mesmo ano, enfraquecendo o partido.

Na primeira eleição para regente uno, em 1835, os liberais moderados racham com a indicação do radical Feijó ao cargo. Ele vence as eleições com uma margem pequena de votos, ao mesmo tempo que importantes revoluções, como a Farroupilha (Rio Grande do Sul 1835-45), a Cabanagem (Grão-Pará, 1835-39), a Sabinada (Bahia, 1837-38) e a Balaiada (Maranhão, 1838-41) estouram no país. O descontentamento é generalizado.

No final das contas, regressistas e progressistas queriam a volta do Poder Moderador, o que significava o "restabelecimento da ordem". Em 1840, um novo acordo (o Golpe da Maioridade) levou ao jovem D. Pedro II um pedido para que assumisse o trono, o qual foi prontamente atendido. O mesmo ano marca o início do Segundo Reinado.

2. Século XIX: jornalismo, política e opinião

Ao mesmo tempo fascinado por ela e seu crítico mordaz, o escritor Honoré de Balzac deixou em seus escritos um relato passional, mas contundente, sobre a imprensa francesa moderna. Lá, o jornalismo desabrochou de forma progressiva durante a Restauração da monarquia (1814-1830), após a queda de Napoleão Bonaparte, e culminou com as revoluções de 1830, que aconteceram na Europa como um todo e, como vimos, provocaram reflexos na opinião pública e nos caminhos políticos do Brasil. Em 1836, Émile de Girardin lança o jornal La Presse e inova a forma de viabilizar financeiramente o jornalismo, ao diminuir pela metade o valor da assinatura para aumentar a circulação do jornal e, conseqüentemente, ganhar mais dinheiro com publicidade e anúncios. De acordo com a nota da edição francesa de **Os jornalistas**, esses fatores levam a imprensa a um salto não só quantitativo, mas também permitiram-lhe

> [...] exercer uma influência que ela jamais havia conhecido anteriormente. Os jornalistas, verdadeiros *reizinhos* adulados, fazem tremer os governos, fazem e desfazem as reputações, suscitam invejas e rancores. E, mais freqüentemente do que se imagina, transformam sua influência em vantagens materiais da forma mais abjeta (2004, p. 18 – grifo no original).

Ao analisar o comportamento dos jornalistas da primeira metade do século XIX, Balzac (2004) cataloga-os como um botânico, separando os tipos em "gêneros", "sub-gêneros" e "variedades". Usa o termo *publicistas* para caracterizar o "primeiro gênero" de homens que compõem as redações, definindo-os da seguinte forma:

> De generalizador sublime, de profeta, de pastor de idéias que era outrora, o Publicista é agora um homem ocupado com os compassos flutuantes da Atualidade. Se alguma espinha aparece na superfície do corpo político, o Publicista a coça, a desdobra, a faz sangrar e tira dela um livro que, quase sempre, é uma mistificação. O publicismo era um grande espelho concêntrico: os publicistas de hoje o quebraram e têm todos um pedaço que eles fazem brilhar aos olhos da multidão (2004, p. 31).

O grande espelho concêntrico que foi quebrado pelos "novos publicistas" pode ser entendido como uma metáfora das transformações que aconteciam na sociedade francesa da época e também pode ser comparada, *mutatis mutandis*, com as agitações do período regencial brasileiro. Se, antes, apenas os grandes "generalizadores sublimes" tinham a palavra, a imprensa torna pública a expressão de diferentes visões políticas, "os compassos flutuantes da Atualidade", o que não ocorre sem conflitos.

José Marques de Melo (2006), ao comentar a questão da objetividade jornalística, explica que ela se faz presente desde o momento em que o jornalismo adquiriu autonomia social, processo que se deu com as revoluções burguesas na Europa e com a Independência Americana. A idéia de que todos os homens pudessem ter acesso às informações e também tornarem-se seus divulgadores foi um importante passo para as noções de liberdade individual e de democracia. A famosa primeira emenda à Constituição Americana, de 1791, afirma: "O congresso [...] não limitará a liberdade de palavra nem de imprensa". O artigo 11 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789 pela Assembléia Nacional Constituinte da França, também declara: "A livre comunicação de idéias e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem. Todos os cidadãos podem, dessa forma, falar, escrever e imprimir com liberdade".

A comunicação social massiva está relacionada, então, com o processo de urbanização acelerado durante o século XIX (HOHLFELDT, 2002). Nesse primeiro momento, a prática do jornalismo na Europa assume duas características distintas: na França, predominou a face *opinativa* e, na Inglaterra, firmou-se um jornalismo *objetivo* (MARQUES DE MELO, 2006). Na matriz inglesa, fincou-se a noção de que os fatos são sagrados e que os jornais e jornalistas devem primar pela fidedignidade, exatidão e precisão na narrativa dos

mesmos. A opinião pode existir, desde que em um espaço demarcado no jornal (MARQUES DE MELO, 2006).

Com o passar do tempo, ambas as vertentes, francesa a inglesa, sofreram mutações. O jornalismo pasquineiro, repleto de adjetivos e com linguagem virulenta foi a grande influência dos primeiros jornais brasileiros. Mas a matriz objetiva acabou se sobrepondo e deu origem à grande imprensa diária que conhecemos hoje, onde informação e opinião têm seus espaços delimitados; porém, acentua-se o posicionamento que considera essa objetividade um mito.

Podemos afirmar, então, que um dos principais impulsos iniciais da atividade jornalística foram as disputas políticas. O processo de independência e a consolidação do Estado Nacional brasileiro foi combustível para a solidificação e a diversificação das publicações no Brasil. Os grupos políticos passam a perceber e a utilizar a relação entre os periódicos e a opinião pública, fomentando a atividade. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o primeiro jornal, O Diário de Porto Alegre, surge em 1827, patrocinado pelo presidente da Província, Salvador José Maciel e, de acordo com Francisco Rüdiger (1998), "a folha constituía no máximo um boletim oficial, que servia basicamente à publicidade governamental e à publicação dos atos da administração". Para este autor, que entendemos compartilhar do olhar de Nelson Werneck Sodré, a doutrina e a opinião foram preponderantes na imprensa desde seu nascimento até a década de 30 do século XX, o que retardou, até essa data, a formação de um estatuto próprio para os jornalistas e jornais. Eles só conquistariam uma autonomia do processo político ao integrarem-se ao processo capitalista, quando as redações tornam-se empresas com caráter lucrativo.

Assim, para fundamentar seu estudo sobre a história do jornalismo sul-rio-grandense, Rüdiger (1998) tensiona, apoiando-se em Habermas, as concepções marxista e weberiana sobre a imprensa. A primeira a considera um produto direto do capitalismo; a segunda, um instrumento no processo de construção do Estado moderno. "Habermas, aparentemente, combinou as duas concepções no clássico *Mudança estrutural da esfera pública* (1962)" (p. 14), ao afirmar que tanto a revolução comercial quanto a ascensão da sociedade burguesa foram influências decisivas para a publicação sistemática de informações.

De forma que o Estado, com o intuito de se comunicar com a classe ascendente, foi o patrocinador dos primeiros jornais, gerando um processo de politização da burguesia que fomentou o desenvolvimento de "[...] uma imprensa crítica e independente que, no contexto mais geral de formação do capitalismo industrial, acabaria sendo peça essencial no ciclo das revoluções burguesas" (RÜDIGER, 1998, p. 14). No Brasil, o nascimento da imprensa ocorre

sob esse mesmo modelo, ou seja, através da promoção do Estado, em 1808, com a chegada de D. João VI ao país, que passa a publicar, em setembro desse mesmo ano, a Gazeta do Rio de Janeiro. Mas o título de primeiro jornal do Brasil é do Correio Brasiliense, editado por Hipólito José da Costa, em Londres, e lançado em 1º de junho de 1808. Este é objeto de diferentes interpretações entre os estudiosos da imprensa brasileira. É importante salientar que, nesse momento, e até 1821, quando Dom Pedro I decreta o fim da censura prévia, o uso da tipografia era uma prerrogativa oficial do Estado, o que justifica a sede inglesa do Correio. Para ilustrar, destacamos aqui as visões de Sodré (1999) e Juarez Bahia (1990) sobre nossos periódicos de estréia. Para o primeiro autor, o Correio Brasiliense representava o ponto de vista da burguesia inglesa (SODRÉ, 1999):

> Representavam [refere-se ao Correio e à Gazeta], sem a menor dúvida, tipos diversos de periodismo: a *Gazeta* era embrião de jornal, com periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo; o Correio era brochura de mais de cem páginas, geralmente, 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais alto.
>
> [...]Trata-se [referindo-se especificamente ao Correio], assim, de uma finalidade moralizadora e não modificadora, ética e não revolucionária (p. 22-23).

Bahia (1990) revela uma visão divergente de Sodré:

> [...] durante quase quinze anos, Hipólito da Costa edita o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, em Londres, onde vive como exilado. Seu jornal é moderno, dinâmico, crítico. Mensário, impõe-se pela opinião e pela informação política. Costa tornou-se patrono da imprensa brasileira (p. 9).
>
> [...] a *Gazeta* vai publicando intermináveis relatos dos sucessos nas frentes portuguesa e espanhola, relacionando cansativos feitos dos "valeroros" soldados de Sua Majestade, pouco se dando à vida local, enquanto o *Correio Brasiliense* exprime uma aguda visão crítica dos fatos políticos, econômicos e sociais que envolvem o Brasil (p. 14).

Essas amostras são indício das diferentes interpretações às quais a imprensa oitocentista no Brasil dá a ler, o que provoca uma pergunta essencial: afinal, em que medida a relação dessas publicações com os movimentos políticos poda a sua representatividade da realidade cotidiana? Em outras palavras: será que o discurso oficial, ou político, ou opinativo, ou publicista desses jornais, impediu que fossem representantes do cotidiano da sociedade em que estavam inseridos? No nosso entendimento, não.

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Rüdiger (1998, p. 18-19) informa que, de forma generalizada, os periódicos da época caracterizavam-se por um

tamanho pequeno (28 X 18 cm), tiragem em torno de 400 exemplares, circulação de duas a três vezes por semana, e venda feita através de assinaturas ou direto na tipografia. O conteúdo dos jornais era eminentemente político-partidário e de linguagem "[...] extremamente virulenta, não poupando idéias, nem pessoas" (p. 18). O autor informa que os homens de imprensa da época não são propriamente os políticos, mas os donos de tipografia, que reuniam múltiplas funções (muitas vezes, *todas* as funções) na feitura dos jornais. Francisco das Neves Alves (2000) traz outros detalhes da figura que comandava a produção dos impressos:

> Os escritores públicos responsabilizavam-se por praticamente todas as tarefas ligadas à elaboração dos periódicos, já que redigiam a notícia, selecionavam a transcrição, revisavam as provas, gerenciavam a tesouraria e a distribuição da folha e, em alguns casos, faziam mesmo, às vezes de tipógrafo, no intento de manter acesa a flama jornalística que acompanhava as disputas políticas (ALVES, 2000, p. 19-20).

Os jornalistas (ou *escritores públicos*, ou *publicistas*) movimentavam-se de acordo com oportunidades de negócio, sem ter ligação política definitiva:

> De fato, esses homens, como seu próprio tempo, não tinham um conceito preciso de jornalismo, restringiam sua atividade à direção dos periódicos, confundiam as práticas editoriais com prestação de serviços gráficos e assim reduziam o periodismo à transmissão de conteúdos com os quais propriamente não tinham preocupação (RÜDIGER, 1998, p. 22).

Baseando-nos nas características apontadas pelos autores, podemos afirmar que parte da historiografia não concede à imprensa oitocentista o estatuto de *jornalismo*, assentando-o na noção de *literatura pública*; e nem o título de *jornalista* aos que a elaboraram, prevalecendo as noções de *publicista* ou *escritor público*.

O lugar da imprensa foi privilegiado nas discussões sobre os rumos da nação durante o período regencial. Como indica a análise de Basile (2006), a virulência da linguagem e a firmeza das posições políticas dos diferentes grupos que se manifestaram através da imprensa não foram capazes de calar uma vontade de integração nacional e de reconhecimento e compartilhamento da heterogeneidade da nação brasileira.

Assim, em sua feitura, tanto na forma quanto no discurso, esses impressos são portadores de vestígios da realidade cotidiana que dá acesso ao pesquisador a uma certa sensibilidade, como afirma Pesavento (2008):

> Capturar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens, em cada momento da história, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria o *crème de la crème* da história, a meta buscada por cada pesquisador! Funcionaria como o reduto mais íntimo da *enargheia*, essa impressão de vida ou força vital deixada pelos homens no mundo (p. 185-186).

3. Imprensa na história e história na imprensa: modos de ler

A imprensa, como fonte de conhecimento, vem sendo abordada de diferentes formas pelo campo científico. Passou de matriz da verdade à falsificadora da mesma: em um momento de cunho historicista ou positivista da historiografia tradicional, os periódicos foram tratados como fontes privilegiadas, por constituírem uma porta de acesso do pesquisador à "verdade". Mais tarde, os estudos críticos enxergaram nos jornais a questão ideológica e suas imbricações socioeconômicas, abordando-os como reflexo de uma infra-estrutura e "falsificadores da verdade" (MOREL e BARROS, 2003, p. 8). Na atualidade, ocorre a renovação da importância da imprensa como referencial interativo na complexidade de um contexto (MOREL e BARROS, 2003). Ela passa a "ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples 'reflexo'" (p. 9).

As pesquisas renovam, então, o *modo de ler* os periódicos e sua relação com o contexto. O atual estudo dos primeiros jornais brasileiros, a partir da chegada da Família Real ao país, em 1808, faz-se através de um olhar cultural, que serve tanto para o campo da Comunicação quanto o da História, ao redimensionar o objeto como fonte para as memórias de um *tempo escoado* (PESAVENTO, 2006), "apresentando visões distintas de um mesmo fato" e despontando "como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento" (NEVES, 2006, p. 10).

A historiadora e pesquisadora da Comunicação, Marialva Barbosa (2007), ao comentar a relação entre meios de comunicação e a história, aponta um eixo de análise que contempla, numa perspectiva histórica, as dimensões interna e externa do processo comunicacional, considerando "a dimensão processual da história e a comunicação como sistema, no qual ganha relevo o conteúdo, o produtor das mensagens e a forma como o público entende os sinais emitidos pelos meios" (p. 16). Nessa perspectiva, o discurso da imprensa oitocentista passa a ser visto como um "universo de possíveis" (BARBOSA, 2007, p. 15).

Riopardense de Macedo (1994) percebeu e destacou esse universo sistêmico, ao

estudar a imprensa farroupilha:

> É fácil perceber que a imprensa, mesmo que esta seja oficial, órgão vinculado à administração, fornece também informações de caráter não administrativo. E entende-se que o periódico, mesmo quando propriedade de um indivíduo ou grupo oligárquico, está envolvido por posições contrárias em relação a outros periódicos; além disso, pela riqueza de informações que é obrigado a fornecer, não pode fugir ao clima geral dominante na época. Porque, em verdade, o periódico vive realmente o clima, reproduz, mesmo que não queira, o calor dos acontecimentos, de vários acontecimentos que se cruzam e se inter-relacionam em um *sistema* de informações (p. 23-24, grifo do autor).

Assim, a ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos dos primeiros tempos da imprensa, "não parecem suficientes para explicar a complexidade e compreender as características de tal imprensa, gerada numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise" (MOREL, 2008, p. 1). Desta forma, entendemos que o nascimento dos periódicos no Brasil deu-se em um rico caldo de cultura social, político, econômico e cultural, que teve como impulso inicial a chegada da Família Real portuguesa ao país. Daí para diante, os jornais, mesmo que de propriedade de governos ou representantes declarados de ideais políticos, sempre estiveram imbricados com a circulação das idéias e com a realidade cotidiana da sociedade, através de artigos de opinião, notícias, crônicas, poesias, anúncios. Os periódicos foram constantemente alimentados pela lenha dos "extraordinários do dia-a-dia", e também pelas grandes transformações sociais, como os movimentos pela independência ou, mais tarde, a peleja entre o Império e os movimentos republicanos.

No campo da Comunicação, o olhar mais abrangente sobre os jornais do século XIX, além de permitir novas abordagens em relação ao discurso, ao texto que está posto, traz em si desafios epistemológicos e metodológicos relativos à materialidade e à organização dos conteúdos dos impressos. Entre eles, está a questão: como definir parâmetros teóricos para analisar textos que são anteriores à consolidação da Comunicação como disciplina científica e que, grosso modo, não se encaixam nas categorias do jornalismo tal como o conhecemos hoje?

Tânia Regina de Luca (2008) cita, como exemplo dessas dificuldades, a consulta às edições em fac-símile do Correio Braziliense, jornal fundado por Hipólito José da Costa, de circulação mensal (entre junho de 1808 e dezembro de 1822):

> O leitor acostumado aos matutinos atuais talvez se surpreenda com o formato, mais próximo de um livro, com o número de páginas, que podia chegar a 150, com a extensão dos artigos, que se prolongavam por

> vários números, e com a divisão interna da matéria, que podia incluir as seguintes seções: política; comércio e artes; literatura e ciências; miscelânea e correspondência (LUCA, 2008, p. 131).

Ao mesmo tempo que problematiza a questão, Luca (2008) apresenta alguns caminhos para elaborá-la: "[...] as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação" (p. 132).

Assim, torna-se importante, na análise de um periódico da primeira metade do século XIX, de forma ainda mais profunda do que se tratássemos de um veículo contemporâneo ao tempo vivido pelo pesquisador, o deslindamento das condições técnicas de produção desses jornais e de sua função social, dentro de aspectos como

> [...] *a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores*, sua *aparência física* (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do *conteúdo*, as *relações que manteve (ou não) com o mercado*, a *publicidade*, o *público* que visava atingir, os objetivos propostos (LUCA, 2008, p. 138 – grifos da autora).

Esses elementos, entre tantos outros, contribuem para dotar o objeto de sentido, a fim de que se esclareça o lugar que o periódico ocupa em seu tempo, mas, também, para relativizá-lo em relação às perguntas desde o lugar do pesquisador. Da mesma forma, a questão da neutralidade e da objetividade permeia o uso dos textos de imprensa como fonte de pesquisa. No campo da Comunicação, como indica Marques de Melo (2006), a questão da objetividade da imprensa contemporânea já não é a mesma que se pretendia na modernidade inglesa ou francesa, pois parece estar restrita ao domínio de uma técnica e, portanto, vive como que num campo apriorístico da atividade jornalística. Sabemos que a neutralidade e a imparcialidade podem e/ou devem fazer parte do texto do jornalista, mas, em sua totalidade, são uma quimera. Assim, ao estudar qualquer tipo de texto ou discurso, devemos ter em mente que as ferramentas de análise do pesquisador devem instrumentalizá-lo para lidar com essa realidade:

> Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina [História] e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar ao público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da *análise do discurso* que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe

> de ser exclusiva do texto da imprensa (LUCA, 2008, p. 139 – grifos da autora).

De forma que as noções de *narrativa* e de *interpretação* mostram-se essenciais no jornalismo e na história. Pesavento (2006), ao analisar os discursos da história e da memória, afirma que eles criam "imaginários de sentido a partir do real. Ficções plausíveis, verossímeis, socializadas, temporalizadas na sua feitura e na sua recepção. *Palavras para crer*" (p. 6 – grifo nosso). Da mesma forma, o discurso jornalístico configura, em seus modos de feitura e de leitura, *palavras para crer*, ou seja: aquilo que está posto nesse tipo de texto quer, sob uma série de circunstâncias, referir o real. E ele também é lido de forma a referir o real e, nesse momento, também é submetido a outras circunstâncias que o recriam, torcem, ampliam, ficcionalizam, num processo catártico (PESAVENTO, 2006). Barbosa sintetiza esse pensamento ao afirmar:

> É a partir de convenções culturais que classificamos os textos com pretensão à verdade e os textos ficcionais. Devemos considerar, portanto, que todo texto é estruturado de modo narrativo e, como tal, sujeito ao regime de interpretação que se aproxima das narrativas cotidianas com as quais estruturamos a nossa vida (2007, p. 20-21).

Assim, a história ou o jornalismo, na medida em que estão impregnados pela ação humana, pelos contextos, pelos resultados, pelas finalidades, não podem romper com a narrativa. Tanto o passado longínquo, quanto os acontecimentos cotidianos de uma contemporaneidade, ao serem narrados, estão, irremediavelmente, no passado e não podem ser revividos, senão de forma discursiva. E ao terem contato com o leitor, esses discursos são novamente "protocolados" em uma tradição: as regras e os sentidos lingüísticos, a cultura, o contexto, as experiências individuais.

Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart Ribeiro (2005), no artigo "O que a história pode legar aos estudos de jornalismo", realizam uma articulação entre as disciplinas, entendendo que elas, mesmo em suas diferenças, complementam-se. Os textos do jornalismo, em sua temporalidade, estão "encharcados de consciência do presente e, portanto, da consciência da universalidade refletida" (BARBOSA e RIBEIRO, 2005, p. 3).

Nesse sentido, as autoras postulam que uma das maiores contribuições que a teoria da história pode dar aos estudos de jornalismo é o uso da visão crítica, que seria capaz de transformar sua teoria em uma ponte para o entendimento dos problemas do presente, assim como a história o faz com os problemas do passado: "A mesma visão crítica, se

aplicada aos estudos do jornalismo, pode transformar sua teoria numa espécie de médium para lidar com os problemas do presente" (BARBOSA e RIBEIRO, 2005, p. 6).

Assim, história e jornalismo atuam num processo simbiótico em que, para entender o passado, desvela-se, através dos periódicos, o que era presente; e para orientar o presente, busca-se no passado o caminho traçado até "aqui". História e jornalismo iluminam-se mutuamente.

O leitor-pesquisador também faz parte desse jogo das narrativas e das interpretações. Já mencionamos que os periódicos assumiram diferentes funções em diferentes linhas de pesquisa científica. Da mesma forma, os impressos servem para responder perguntas distintas, localizadas no tempo em que o pesquisador vive. Percebemos que há, então, um cruzamento de perspectivas temporais que devem ser consideradas pelo pesquisador ao estudar o tipo de narrativa jornalística como o que nos propomos aqui, situada na primeira metade do século XIX: o *tempo histórico* em que o discurso foi produzido; o *tempo escoado* em que ocorreram os fatos que ele descreve (lembramos, os eventos não podem ser revividos); e o *tempo da leitura* do pesquisador, que abre a narrativa a todo um novo mundo de significados. Sobre este último, Riopadense de Macedo (1994) afirma haver três tipos de comportamento temporal do historiador: o *tempo dos anais*, em que o autor procura de todas as formas não ultrapassar as dimensões do fato histórico; o *tempo do cronista*, em que o autor acrescenta seu próprio conhecimento sobre os fatos; e o *tempo histórico*, quando é levado em consideração o conhecimento sobre o que se passou depois dos eventos, estudando-os em uma perspectiva temporal.

Barbosa (2004), ao indicar alguns caminhos para a escritura de uma história da imprensa, toma de Paul Ricoeur a noção de que o "passado tinha um futuro", e acrescenta que "nós somos o futuro desse passado" (p. 7). Assim, não cabe ao pesquisador cobrar, do alto do seu conhecimento posterior, um certo comportamento de suas fontes. Ao contrário, a riqueza da contribuição da história para o jornalismo, como já foi dito, reside na visão crítica que ilumina o presente e não no movimento inverso, que usa o presente para olhar o passado e encerrar os periódicos do século XIX no julgamento da censura, do oficialismo e da falta de objetividade. A autora sintetiza essa constatação em uma simplicidade cortante: "Para eles, nós éramos o desconhecido, o futuro, o inteligível. E eles para nós – mortos que transformamos em vivos – continuarão sendo sempre o passado, o desconhecido, o inteligível" (p. 10).

Bibliografia

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
BARBOSA, Marialva e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. "O que a história pode legar aos estudos de jornalismo". Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, setembro de 2005.
BARBOSA, Marialva. "Como escrever uma história da imprensa". Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, abril de 2004.
_____. "Meios de comunicação e história: Um universo de possíveis". In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e memória: A produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
BASILE, Marcello. "Projetos de Brasil e contrução nacional na imprensa fluminense (1831-1835)". In: NEVES, Lúcia Maria Bastos, MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone (Orgs.). **História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2006.
HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera (Orgs.). **Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis: Vozes, 2002.
MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: Identidades brasileiras.** São Paulo: Paulus, 2006.
MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
MOREL, Marco. **A imprensa periódica no século XIX.** Rede da memória virtual brasileira. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/redememoria/periodico xix.html>. Acesso em 27 de outubro de 2008.
MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
MORIN, Edgar. **O método 3: O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
NEVES, Lúcia Maria Bastos, MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone (Orgs.). **História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder.** Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2006.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Fronteiras da história: Uma leitura sensível do tempo". In.: SCHÜLER, Fernando, AXT, Gunter e SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). **Fronteiras do pensamento – Retratos de um mundo complexo.** São Leopoldo: Unisinos, 2008.
_____. "Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado". **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2006. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/ index1499.html. Acesso em 5 de abril de 2009.
RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.
SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.